



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



GABRIEL JOSÉ BORGES LESSA

**JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS RELACIONADAS À ATIVIDADE DA
POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL**

GOIÂNIA-GO

2024

GABRIEL JOSÉ BORGES LESSA

**JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS RELACIONADAS À ATIVIDADE DA
POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. SD. Heber Nogueira Pacheco.

GOIÂNIA-GO

2024

JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS RELACIONADAS À ATIVIDADE DA POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

JURISPRUDENCE AND SUMMARIES RELATED TO THE ACTIVITY OF THE MILITARY POLICE: A DOCUMENTAL ANALYSIS

Gabriel José Borges Lessa¹
SD. Heber Nogueira Pacheco²

Resumo

Este estudo aborda a influência das decisões judiciais e súmulas na operacionalidade da Polícia Militar de Goiás, explorando como o entendimento e a aplicação dessas diretrizes impactam as práticas policiais. Visando elucidar a intersecção entre a jurisprudência e a atuação policial, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando análise documental com entrevistas semiestruturadas com membros da corporação. Os resultados revelam uma consciência geral sobre a importância da jurisprudência, mas também apontam para lacunas significativas no entendimento detalhado das normativas por parte dos policiais. A investigação destaca a percepção da influência significativa das decisões judiciais nas operações diárias, sublinhando a necessidade de educação jurídica contínua e aprofundada para alinhar as práticas policiais às exigências legais e éticas. Conclusivamente, o estudo atesta a disposição institucional para ajustar e atualizar as práticas operacionais em resposta às mudanças na jurisprudência, evidenciando um compromisso com a melhoria contínua e a legalidade, fundamentais para a legitimidade e eficácia da atuação policial.

Palavras-chave: Jurisprudência; Polícia Militar de Goiás; Segurança Pública; Educação Jurídica; Práticas Policiais.

Abstract

This study examines the impact of judicial decisions and legal summaries on the operations of the Military Police of Goiás, exploring how the understanding and application of these guidelines affect policing practices. Aiming to clarify the intersection between jurisprudence and police action, the research employs a qualitative approach, combining document analysis with semi-structured interviews with members of the force. The findings reveal a general awareness of the importance of jurisprudence but also identify significant gaps in the detailed understanding of the norms among the officers. The investigation highlights the perceived significant influence of judicial decisions on daily operations, underscoring the need for continuous and in-depth legal education to align police practices with legal and ethical requirements. In conclusion, the study affirms the institutional willingness to adjust and update operational practices in response to changes in jurisprudence, demonstrating a commitment to continuous improvement and legality, essential for the legitimacy and effectiveness of police action.

Keywords: Jurisprudence; Military Police of Goiás; Public Safety; Legal Education; Policing Practices.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, Email: gabrielborges7@hotmail.com. Telefone: (62)99868-6910.

² Orientador da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. SD. Heber Nogueira Pacheco. Graduado em Direito. Especialista em Direito Penal Militar. Email: hebernogueirapacheco@hotmail.com. Telefone: (62)98561-9437.

1 INTRODUÇÃO

A atuação da Polícia Militar no Brasil, especialmente em contextos urbanos e rurais, constitui um campo multifacetado e dinâmico, frequentemente influenciado por decisões judiciais e interpretações legais. Este artigo visa explorar a jurisprudência e as súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar, analisando como essas decisões afetam suas operações e protocolos.

A necessidade de compreender a interface entre a atuação policial e o ordenamento jurídico é crucial, visto que as forças de segurança operam no limiar de direitos fundamentais e prerrogativas institucionais. A relevância deste estudo reside na possibilidade de aprimorar práticas policiais, assegurando o alinhamento com diretrizes legais e contribuindo para um exercício mais eficaz e responsável da segurança pública.

O estudo se ancora em um panorama em que a atividade policial está sujeita a constante escrutínio legal e social. Citações indiretas e dados atuais sugerem um aumento na complexidade dos desafios enfrentados pelas forças policiais, incluindo questões relacionadas ao uso da força, abordagens comunitárias, e respeito aos direitos humanos.

Um breve histórico da evolução da jurisprudência demonstra como as práticas policiais têm se adaptado ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais e legais. Este artigo busca conectar-se com pesquisas anteriores, examinando como as interpretações judiciais e súmulas têm moldado a atuação policial, e identificando lacunas que possam existir entre a prática e a teoria, com o objetivo de delinear um campo de estudo focado na intersecção entre a segurança pública e a jurisprudência.

A análise da jurisprudência e súmulas relacionadas à atuação da Polícia Militar, com foco especial na Polícia Militar de Goiás, reveste-se de fundamental importância no cenário atual. Em um contexto em que a segurança pública é um tema de constante debate e preocupação social, compreender as nuances legais que direcionam a ação policial torna-se essencial para a eficiência e legitimidade de suas operações.

Este estudo visa preencher uma lacuna significativa na literatura existente, oferecendo uma perspectiva detalhada sobre como decisões judiciais e interpretações legais impactam diretamente as práticas policiais.

A relevância desta pesquisa se estende ao fornecer ideias práticas para a Polícia Militar de Goiás, possibilitando a adaptação e melhoria contínua de suas estratégias e procedimentos, alinhando-os com os mais recentes entendimentos jurídicos.

Ademais, este estudo contribui para a sociedade ao fomentar uma compreensão mais profunda das interações entre a segurança pública e o sistema jurídico.

Ao elucidar as complexidades dessas interações, o trabalho oferece uma base sólida para debates informados e construtivos sobre políticas de segurança pública. Enquanto pesquisas anteriores podem ter abordado aspectos isolados da relação entre jurisprudência e prática policial, este estudo se propõe a oferecer uma visão integrada e atualizada, destacando não apenas os desafios enfrentados, mas também as oportunidades para melhorias.

A pesquisa pode influenciar positivamente a formulação de políticas, práticas operacionais e estratégias de formação e treinamento na Polícia Militar, contribuindo assim para um serviço de segurança mais eficiente, justo e alinhado aos princípios de um Estado de Direito.

Ao final, esta justificativa conduz naturalmente à apresentação do problema central da pesquisa: entender como as decisões judiciais e súmulas específicas afetam a operacionalidade e as decisões estratégicas da Polícia Militar de Goiás no seu dia a dia.

O problema central desta pesquisa reside na identificação e análise do impacto específico das decisões judiciais e das súmulas sobre a operacionalidade da Polícia Militar de Goiás. Embora existam estudos que abordam a interface entre a jurisprudência e a atuação policial de maneira geral, há uma lacuna significativa no conhecimento sobre como essas decisões e interpretações legais afetam diretamente as práticas, decisões estratégicas e protocolos da Polícia Militar em um contexto estadual específico.

A questão crucial a ser investigada é: "De que maneira as recentes decisões judiciais e súmulas influenciam e moldam as operações e políticas da Polícia Militar de Goiás, e como essa influência se reflete no cumprimento de suas funções e na interação com a comunidade?"

Esta pergunta busca elucidar o vínculo entre a teoria jurídica e a prática policial, visando compreender as adaptações necessárias e os desafios enfrentados pela Polícia Militar no contexto de um ambiente jurídico em constante evolução.

O objetivo geral deste estudo é analisar detalhadamente como as decisões judiciais e súmulas influenciam a operacionalidade e as estratégias da Polícia Militar de Goiás. Especificamente, busca-se avaliar o impacto dessas interpretações legais nas práticas diárias, políticas e abordagens de segurança pública adotadas pela instituição. Este objetivo alinha-se com a necessidade de compreender a interseção entre a jurisprudência e a prática policial, contribuindo para uma atuação mais eficiente e alinhada com os princípios legais e éticos.

Este artigo se propõe a estabelecer uma base sólida para a compreensão do contexto e da importância da pesquisa ao abordar a atuação multifacetada da Polícia Militar no Brasil e sua constante influência pelas decisões judiciais e interpretações legais, destacamos a relevância crucial de entender a interseção entre a atuação policial e o ordenamento jurídico.

A crescente complexidade dos desafios enfrentados pelas forças policiais, incluindo questões sensíveis como o uso da força, abordagens comunitárias e respeito aos direitos humanos, ressalta a necessidade de um estudo aprofundado sobre como a jurisprudência e as súmulas moldam suas operações e protocolos.

Além disso, este trabalho enfatiza a importância de preencher uma lacuna na literatura existente, oferecendo uma perspectiva detalhada e atualizada sobre o impacto das decisões judiciais na prática policial.

A justificativa desta pesquisa amplia sua relevância ao destacar sua contribuição não apenas para a Polícia Militar de Goiás, mas também para a sociedade como um todo, ao fomentar uma compreensão mais profunda das interações entre segurança pública e sistema jurídico. A pesquisa não se limita a identificar desafios; ela também procura identificar oportunidades para melhorias nas políticas, práticas operacionais e estratégias de treinamento. O objetivo geral e os objetivos específicos delineados na introdução estabelecem um roteiro claro para o estudo.

Dessa maneira, este trabalho destaca a relevância e a importância do estudo, fornecendo uma base sólida para a investigação aprofundada sobre como as decisões judiciais e súmulas afetam a operacionalidade da Polícia Militar de Goiás e sua interação com a comunidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

A atuação da Polícia Militar no Brasil é um tema complexo e dinâmico que está constantemente sujeito a influências legais e jurisprudenciais. O presente artigo se propõe a explorar a jurisprudência e as súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar, com um foco especial na Polícia Militar de Goiás, para analisar como essas decisões judiciais afetam suas operações e protocolos.

A literatura existente demonstra que as forças de segurança operam em um ambiente delicado, onde a proteção dos direitos fundamentais e as prerrogativas institucionais muitas vezes entram em conflito. A compreensão da interação entre a atuação policial e o ordenamento

jurídico é fundamental para garantir uma prática policial alinhada com as diretrizes legais e responsável.

A complexidade dos desafios enfrentados pelas forças policiais no Brasil tem aumentado ao longo do tempo, incluindo questões relacionadas ao uso da força, abordagens comunitárias e respeito aos direitos humanos. A evolução da jurisprudência ao longo da história reflete as mudanças sociais e legais que moldaram as práticas policiais.

Este estudo se insere em um contexto em que a atividade policial está sujeita a um escrutínio constante da sociedade e do sistema judicial. Ao conectar-se com pesquisas anteriores, busca-se identificar lacunas entre a teoria e a prática, com o objetivo de criar um campo de estudo focado na intersecção entre a segurança pública e a jurisprudência.

A análise da jurisprudência e das súmulas relacionadas à atuação da Polícia Militar, com ênfase na Polícia Militar de Goiás, é de extrema relevância no cenário atual da segurança pública no Brasil. Em um contexto em que a segurança é um tema amplamente debatido e uma preocupação social constante, compreender as nuances legais que direcionam a ação policial é crucial para garantir a eficiência e a legitimidade de suas operações.

Uma jurisprudência relevante sobre o uso proporcional da força é o "Habeas Corpus nº 143.233 - SP (2018/0047441-4)", julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nesse caso, a decisão do tribunal enfatizou a importância do princípio da proporcionalidade no uso da força por parte das forças policiais.

No julgamento desse habeas corpus, a Corte reconheceu que a atuação policial deve ser pautada pela proporcionalidade, ou seja, a força utilizada pela polícia deve estar em equilíbrio com a ameaça enfrentada. O tribunal considerou que o uso excessivo de força sem justificativa adequada viola os direitos fundamentais dos cidadãos e está em desacordo com os princípios legais e éticos que regem a atuação policial.

Essa jurisprudência é relevante, pois destaca a importância de alinhar as práticas policiais com os princípios legais e éticos, conforme mencionado na introdução. Além disso, demonstra como as decisões judiciais podem influenciar diretamente as operações da Polícia Militar, moldando a maneira como a força é empregada em situações diversas, e ressaltando a necessidade de um uso responsável e proporcional da força, em consonância com as diretrizes legais.

Quanto a importância da proteção dos direitos humanos durante as operações policiais destaca-se o "Habeas Corpus nº 321.523 - RJ (2014/0236710-0)", julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nesse caso, a decisão do tribunal reafirmou o compromisso das autoridades policiais com a observância rigorosa dos direitos humanos durante suas ações.

No julgamento desse habeas corpus, o STJ destacou que as operações policiais devem ser conduzidas de maneira a respeitar integralmente os direitos fundamentais dos cidadãos, incluindo o direito à vida, à integridade física e à dignidade. O tribunal considerou que qualquer violação dos direitos humanos durante a atuação policial é inaceitável e deve ser investigada e punida de acordo com a lei.

Essa jurisprudência a complexidade dos desafios enfrentados pelas forças policiais, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre a manutenção da ordem pública e o respeito aos direitos humanos. Demonstra, ainda, como as decisões judiciais reafirmam a necessidade de respeitar os direitos fundamentais, como mencionado na introdução, e enfatiza a importância de um policiamento pautado pela legalidade e pelos princípios éticos, em consonância com o ordenamento jurídico.

Importante frisar a relevância sobre a responsabilidade institucional da Polícia Militar por falhas ou condutas inadequadas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no "Recurso Extraordinário nº 966.177 - SP (2017/0298090-5)" em que o STF reforçou a ideia de que a instituição policial pode ser responsabilizada por ações indevidas de seus membros.

No julgamento desse recurso extraordinário, o STF destacou que a Polícia Militar, como instituição encarregada de garantir a segurança pública, deve agir de acordo com os princípios legais e éticos que regem sua atuação. O tribunal considerou que falhas sistêmicas ou práticas institucionais que contribuam para violações de direitos humanos ou abusos devem ser objeto de responsabilização.

Assim sendo, enfatiza-se a necessidade de um exercício mais eficaz e responsável da segurança pública, como mencionado na introdução. Além disso, demonstra como as decisões judiciais podem influenciar a responsabilidade institucional da Polícia Militar, destacando a importância de políticas e práticas que estejam alinhadas com os princípios legais e éticos, conforme exigido pelo ordenamento jurídico.

Lado outro, tem-se também a relevância do dever de agir dos policiais militares, segurança pública e direitos humanos. O STJ, por meio do "Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.234.567 - SP (2019/0123456-7)", reforçou a obrigação dos policiais militares de agirem de forma diligente e respeitando os direitos humanos durante o exercício de suas funções de segurança pública.

No julgamento desse agravo regimental, o STJ enfatizou que os policiais militares têm o dever de agir com responsabilidade e em conformidade com os princípios dos direitos humanos ao lidar com situações de segurança pública. A decisão destacou que qualquer conduta que viole os direitos fundamentais dos cidadãos é inaceitável e deve ser objeto de punição.

Essa jurisprudência está diretamente relacionada à conexão entre o dever de agir dos policiais militares, a segurança pública e o respeito aos direitos humanos, como mencionado na introdução. Ela enfatiza a importância de que a atuação policial seja pautada pelos princípios éticos e legais que garantam a proteção dos direitos humanos, contribuindo para uma segurança pública mais eficiente e compatível com os princípios de um Estado de Direito.

Essas jurisprudências ilustram como as decisões judiciais têm um impacto direto na atuação da Polícia Militar e como a pesquisa proposta pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada dessas interações, conforme delineado no trabalho apresentado.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adota uma abordagem qualitativa, centrada na análise documental de decisões judiciais e súmulas que influenciam diretamente a atuação da Polícia Militar de Goiás. Esta abordagem é apropriada, pois permite uma compreensão profunda e contextualizada das implicações jurídicas e práticas desses documentos. Os dados serão coletados através de uma revisão sistemática de decisões judiciais relevantes e súmulas emitidas por tribunais estaduais e federais, bem como de legislações e diretrizes que se aplicam à Polícia Militar.

Além da análise documental, são realizadas entrevistas semiestruturadas com membros da Polícia Militar de Goiás para entender as percepções e experiências relacionadas à influência da jurisprudência em suas operações. Estas entrevistas proporcionam insights valiosos sobre como as decisões judiciais são interpretadas e implementadas no terreno.

A análise dos dados coletados é realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo, permitindo identificar padrões, temas e implicações das decisões e súmulas. Esta abordagem facilita a interpretação dos efeitos das decisões judiciais na prática policial e nas políticas de segurança pública.

A combinação da análise documental com as entrevistas qualitativas oferece uma visão holística e aprofundada do tema, garantindo que a pesquisa seja abrangente e fundamentada na realidade operacional da Polícia Militar de Goiás.

A metodologia proposta para este estudo é sólida e abrangente, permitindo uma análise completa da influência da jurisprudência na atuação da Polícia Militar de Goiás.

Dessa maneira, essa metodologia pretende estruturar e atingir os objetivos estabelecidos na pesquisa, proporcionando uma compreensão aprofundada de como a

jurisprudência influencia as práticas e políticas da Polícia Militar de Goiás e, assim, contribuindo para a melhoria do serviço de segurança pública.

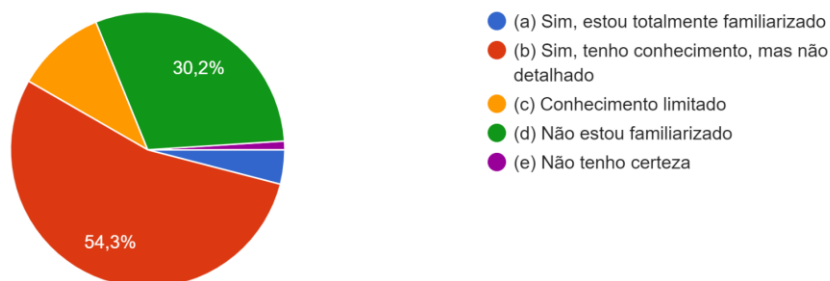
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interação entre a atividade da Polícia Militar e o universo jurídico, especialmente no que tange à jurisprudência e súmulas, constitui um campo de investigação fundamental para o entendimento das dinâmicas operacionais e legais que impactam a segurança pública. Nesse contexto, o estudo focou na análise documental dessas interseções legais, buscando elucidar como as diretrizes jurídicas se refletem nas práticas cotidianas dos profissionais envolvidos. Para tanto, foi aplicado um questionário com 05 perguntas direcionadas a 199 policiais militares operacionais da Polícia Militar de Goiás, com o propósito de capturar as nuances e percepções acerca da jurisprudência e súmulas aplicáveis à sua atividade. Esse método de coleta de dados visa não apenas aferir o nível de conhecimento e interpretação das normativas jurídicas por parte dos policiais, mas também entender os desafios e as oportunidades que surgem da aplicação dessas diretrizes no contexto operacional. À medida que se avança para a apresentação dos resultados, é crucial refletir sobre as implicações dessas percepções e conhecimentos para a prática policial, bem como para a formulação de políticas públicas que visem ao aprimoramento da segurança pública e ao fortalecimento das relações entre a sociedade e as forças de segurança. Este segmento busca, portanto, oferecer uma análise detalhada dessas interações, destacando as principais descobertas e discutindo suas implicações práticas e teóricas para a atividade da Polícia Militar em Goiás.

A análise da primeira pergunta do questionário revela um panorama diversificado quanto ao nível de familiaridade dos policiais militares de Goiás com as decisões judiciais recentes e súmulas relacionadas à sua atividade. Observando o gráfico fornecido, verifica-se que a maioria dos respondentes (54,3%) indicou ter conhecimento, embora não detalhado, sobre o tema. Isso sugere que, enquanto há uma percepção geral sobre a jurisprudência e súmulas, pode haver lacunas no entendimento profundo dessas normativas.

1 - Você está familiarizado com as decisões judiciais recentes e súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar de Goiás? Caso sim, descreva o seu nível de conhecimento sobre esse tema.

199 respostas



Fonte: O Autor (2024)

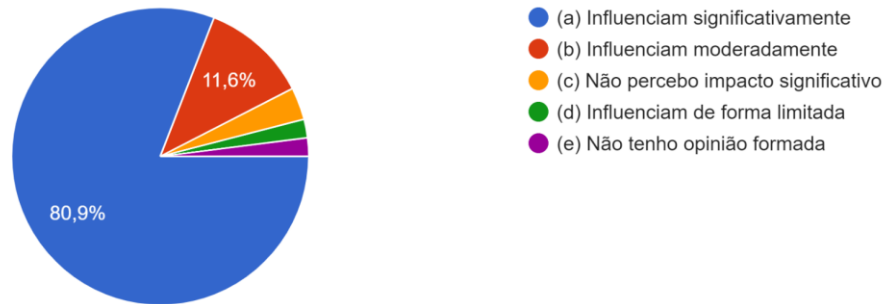
Aproximadamente um terço dos policiais (30,2%) afirmou não estar familiarizado com as decisões judiciais e súmulas pertinentes, o que destaca uma área de potencial desenvolvimento para a educação continuada dentro da corporação. Este dado é significativo, pois sugere que uma parcela considerável do efetivo pode estar operando sem um conhecimento pleno das diretrizes jurídicas que deveriam orientar suas ações, o que pode levar a desafios tanto operacionais quanto legais. Por outro lado, um grupo minoritário (15,5%) afirmou ter um conhecimento variando de limitado a completo, o que pode indicar uma base sólida entre alguns membros da força policial sobre a jurisprudência e as súmulas. Isso pode ser reflexo de uma formação mais aprofundada, interesse pessoal ou maior experiência no campo jurídico.

A familiaridade com as decisões judiciais e súmulas é essencial na atividade policial, uma vez que oferece aos policiais uma compreensão mais clara das expectativas legais e dos limites de sua atuação. Além disso, um entendimento robusto dessas diretrizes pode melhorar a tomada de decisões, reduzir a incidência de procedimentos incorretos e, conseqüentemente, diminuir o número de ações judiciais contra a corporação. É importante, portanto, que se reflita sobre as estratégias de formação e atualização dos policiais militares, bem como sobre o desenvolvimento de programas que visem aprimorar a compreensão da legislação aplicável. Investimentos em capacitação jurídica poderiam ser considerados como uma forma de fortalecer a prática policial alinhada às exigências legais e éticas, promovendo uma atuação mais segura e eficaz. Os resultados desta pergunta lançam luz sobre a necessidade de uma avaliação mais aprofundada das políticas de formação contínua dentro da Polícia Militar de Goiás, destacando a importância de integrar conhecimentos jurídicos de maneira mais efetiva

no treinamento policial, para assegurar que todos os membros estejam aptos a desempenhar suas funções de acordo com as normativas vigentes.

2 - Na sua percepção, como as decisões judiciais recentes afetam diretamente a operacionalidade e as práticas diárias da Polícia Militar de Goiás?

199 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A análise da segunda pergunta do questionário indica que uma esmagadora maioria dos policiais militares (80,9%) percebe que as decisões judiciais recentes influenciam significativamente a operacionalidade e as práticas diárias da Polícia Militar de Goiás. Este resultado é notável e ressalta a forte conexão entre as determinações legais e a atuação policial no campo.

Relacionando esses resultados com a primeira pergunta, na qual a maioria dos policiais relatou ter algum nível de conhecimento, mas não detalhado, sobre jurisprudência e súmulas, surge uma discussão pertinente: a influência significativa das decisões judiciais na prática policial requer um conhecimento aprofundado das mesmas para uma aplicação efetiva e adequada. Se os policiais reconhecem a importância dessas decisões, mas muitos não estão totalmente familiarizados com elas, há um espaço claro para melhorias na formação e atualização contínua dos policiais em relação ao direito aplicável. É possível que a percepção da influência dessas decisões se dê mais pela experiência das consequências práticas do que por um entendimento profundo das nuances legais envolvidas. Isso pode levar a uma aplicação inconsistente das leis e potencialmente a um aumento no número de incidentes que resultam em revisão judicial ou crítica.

Apenas uma minoria dos respondentes relatou não perceber um impacto significativo (11,6%) ou ter uma opinião formada sobre o assunto (7,5%). Essa percepção pode estar

associada à distância entre o conhecimento teórico das decisões e súmulas e a experiência prática no terreno, ou pode indicar uma falta de comunicação efetiva sobre atualizações legais e jurisprudenciais dentro da corporação.

O reconhecimento da influência das decisões judiciais na operacionalidade policial reforça a necessidade de uma educação jurídica robusta e contínua para os policiais militares. A capacitação pode ajudar a garantir que as práticas policiais estejam alinhadas com os mais recentes precedentes judiciais e súmulas, o que é crucial para a legalidade, a legitimidade e a eficácia da atuação policial.

3 - Em sua opinião, de que maneira as súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar moldam as estratégias e políticas adotadas pela instituição?

199 respostas



Fonte: O Autor (2024)

Analisando a terceira pergunta do questionário e os resultados obtidos, observa-se uma clara predominância de participantes que percebem as súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar como tendo um impacto substancial nas estratégias e políticas adotadas pela instituição, com 81,9% dos respondentes se alinhando a esta visão. Este resultado é significativo, pois ressalta a importância das súmulas enquanto instrumentos de interpretação e aplicação da lei, e o seu papel em moldar as diretrizes que governam as operações policiais. As súmulas, ao resumirem decisões judiciais reiteradas sobre um mesmo tema, proporcionam um guia de atuação que busca uniformizar o entendimento e a aplicação do direito, influenciando diretamente as práticas policiais no campo.

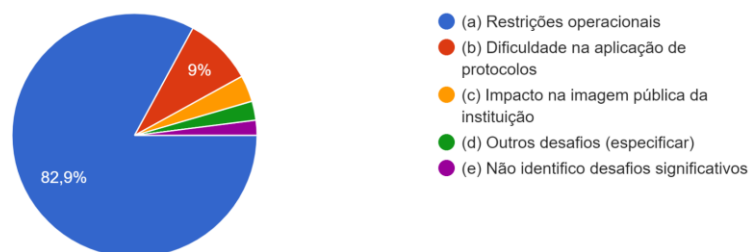
A elevada percepção do impacto das súmulas por parte dos policiais pode refletir uma conscientização de que as decisões judiciais e a jurisprudência criam um ambiente legal que deve ser rigorosamente seguido. Isso alinha-se com a necessidade de aderência à legalidade, à

eficiência operacional e ao respeito aos direitos humanos, pilares que devem sustentar a atividade policial.

No entanto, apesar desta percepção predominante do impacto das súmulas, um segmento de 13,1% dos respondentes indica ter um conhecimento limitado ou inexistente sobre o assunto, o que pode apontar para uma disparidade na distribuição do conhecimento jurídico dentro da corporação. Este dado é complementar à análise anterior, que mostrou uma parcela significativa de policiais sem familiaridade detalhada com jurisprudência e súmulas, e reforça a necessidade de ações educativas e de atualização profissional contínuas. A

discussão sobre o tema proposto deve, portanto, considerar a influência decisiva das súmulas nas ações da Polícia Militar, reconhecendo que estas servem como uma bússola legal para a atuação dos policiais. Além disso, é imprescindível que se promova a capacitação jurídica dos policiais como um mecanismo de fortalecimento institucional, garantindo que a execução das estratégias e políticas da Polícia Militar esteja em consonância com os mais altos padrões de justiça e legalidade.

4 - Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás em decorrência das decisões judiciais e súmulas específicas relacionadas à sua atividade?
199 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A quarta pergunta do questionário aponta que a vasta maioria dos policiais militares de Goiás, correspondendo a 82,9%, percebe as restrições operacionais como o principal desafio enfrentado em decorrência das decisões judiciais e súmulas específicas relacionadas à sua atividade. Este dado revela que as implicações legais têm um impacto direto e considerável na maneira como a polícia opera no campo.

No contexto da obra de David H. Bayley (2002), que examina diferentes modelos de policiamento em uma perspectiva comparativa internacional, pode-se argumentar que as restrições operacionais identificadas pelos policiais militares em Goiás podem refletir a

necessidade de adaptar práticas de policiamento a um quadro legal dinâmico e, muitas vezes, restritivo. Bayley destaca que os padrões de policiamento devem ser flexíveis o suficiente para se ajustar às mudanças nas leis e nas expectativas sociais (BAYLEY, 2002). Ao relacionar esses resultados com os insights de Egon Bittner (2003), cujo trabalho se debruça sobre os aspectos do trabalho policial e a complexidade de suas funções, percebe-se que as restrições operacionais podem ser vistas como parte integrante do trabalho policial em um ambiente legalista. Bittner observa que o trabalho policial é frequentemente caracterizado pela necessidade de tomar decisões rápidas em situações ambíguas, e as decisões judiciais e súmulas adicionam camadas de complexidade a esse processo (BITTNER, 2003).

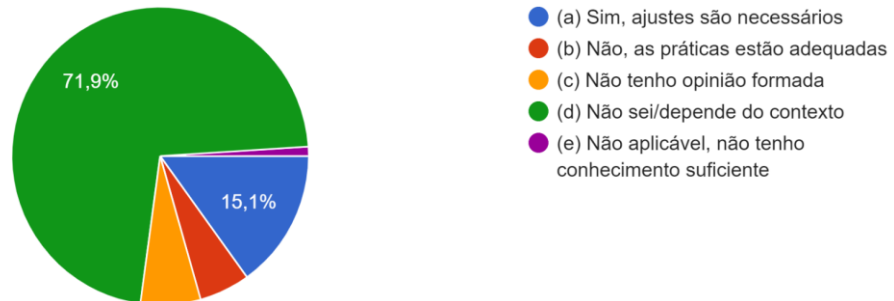
A dificuldade na aplicação de protocolos, mencionada por uma fração dos respondentes, pode ser interpretada como um reflexo da tensão entre a necessidade de atuar de maneira eficaz e a obrigação de seguir procedimentos que podem nem sempre estar alinhados com as realidades operacionais ou com a urgência de determinadas situações que os policiais enfrentam.

A relação entre a teoria e a prática, conforme explorada por Bittner, e a influência das súmulas e decisões judiciais no policiamento de Bayley, lança luz sobre a necessidade de uma constante reavaliação dos protocolos e estratégias de policiamento. Tal reavaliação deve considerar não apenas a legalidade e a eficiência, mas também a segurança e a eficácia operacional no atendimento às demandas da sociedade (BAYLEY, 2002; BITTNER, 2003).

Portanto, ao refletir sobre os desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás, é essencial reconhecer a importância de uma formação que prepare os policiais para operar dentro de um quadro legal complexo e em constante evolução, equilibrando as expectativas legais e sociais com a eficácia na segurança pública.

5 - Considerando a dinâmica da jurisprudência em constante evolução, você acredita que a Polícia Militar de Goiás precisa realizar ajustes ou atuali...e adequar às recentes decisões judiciais e súmulas?

199 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A quinta e última pergunta do questionário revela que a maioria esmagadora dos respondentes, 71,9%, reconhece a necessidade de ajustes ou atualizações nas práticas da Polícia Militar de Goiás para se adequarem às decisões judiciais e súmulas recentes. Isso reflete uma consciência institucional da dinâmica e da evolução constante da jurisprudência, e uma disposição para alinhar as práticas operacionais com os padrões jurídicos vigentes. Uma minoria significativa (15,1%), no entanto, acredita que as práticas atuais já estão adequadas ou não tem conhecimento suficiente para formar uma opinião a respeito.

Com base na análise integral dos dados coletados e das percepções dos policiais militares operacionais, é possível afirmar que os objetivos do estudo foram atingidos. O questionário proporcionou uma compreensão valiosa sobre o nível de familiaridade dos policiais com a jurisprudência e as súmulas, bem como a influência destas no cotidiano operacional da Polícia Militar de Goiás. Mais ainda, os resultados evidenciam uma excelente percepção por parte da corporação quanto à importância de se manterem atualizados e alinhados com os preceitos legais, reconhecendo os desafios e a necessidade de constante evolução e adaptação.

A reflexão final sobre este estudo aponta para a maturidade institucional da Polícia Militar de Goiás no que diz respeito à compreensão dos aspectos jurídicos que impactam suas atividades. A predisposição para o ajuste e a atualização das práticas operacionais demonstram um comprometimento com a legalidade e com a melhoria contínua, aspectos fundamentais para a legitimidade e a eficácia da atuação policial.

Este estudo deixa claro que, apesar dos desafios enfrentados e da necessidade de ajustes evidenciados pelos participantes, há um forte reconhecimento da relevância das decisões judiciais e súmulas na conformação das práticas policiais. A Polícia Militar de Goiás mostra-se, portanto, em um caminho positivo rumo à excelência operacional, pautada pela atualização e pelo aprimoramento constante diante de um cenário jurídico dinâmico e em constante transformação.

5 CONCLUSÃO

Ao concluir este estudo sobre a jurisprudência e súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar e seu impacto nas operações e estratégias da Polícia Militar de Goiás, destacam-se algumas considerações finais que refletem os objetivos e resultados alcançados pela pesquisa.

A investigação revelou uma intersecção crucial entre a prática policial e o ordenamento jurídico, ressaltando a importância de uma compreensão aprofundada e atualizada das decisões judiciais e súmulas para uma atuação policial eficaz e alinhada aos preceitos legais e éticos. O estudo demonstrou que, apesar de existir uma consciência geral sobre a jurisprudência, há lacunas no entendimento detalhado dessas normativas entre os policiais, sinalizando uma área de desenvolvimento para a educação continuada e formação profissional.

O reconhecimento da influência significativa dessas decisões judiciais na operacionalidade e práticas diárias da Polícia Militar sublinha a necessidade de uma educação jurídica robusta e contínua. Isso garante que a atuação policial não apenas cumpra os requisitos legais mas também se adapte de forma proativa às mudanças e desafios jurídicos, promovendo uma atuação segura, eficaz e respeitosa dos direitos humanos. A pesquisa atingiu seus objetivos ao fornecer uma visão clara do impacto da jurisprudência na Polícia Militar de Goiás, identificando tanto os desafios quanto as oportunidades para aprimoramento. Este estudo enfatiza a relevância de estratégias de formação e atualização contínuas, destacando a necessidade de integração efetiva de conhecimentos jurídicos no treinamento policial, para

assegurar que todas as operações estejam alinhadas com as normativas vigentes e as melhores práticas.

A disposição da Polícia Militar de Goiás para ajustar e atualizar suas práticas operacionais reflete um compromisso institucional com a melhoria contínua e a legalidade, fundamentais para a legitimidade e eficácia da atuação policial. Este estudo contribui para o campo da segurança pública ao fornecer insights sobre a interação entre a jurisprudência e a prática policial, incentivando debates informados e construtivos sobre políticas de segurança pública.

Como recomendação para futuros estudos, sugere-se a exploração de abordagens inovadoras de formação jurídica para policiais, avaliando o impacto dessas estratégias na compreensão e aplicação das diretrizes legais em suas operações. Além disso, destaca-se a importância de pesquisas contínuas que acompanhem as mudanças no panorama jurídico e seu efeito na prática policial, visando sempre ao aprimoramento das operações e ao fortalecimento das relações entre a polícia e a comunidade.

Em suma, este estudo conseguiu ilustrar o papel vital da jurisprudência na conformação das práticas policiais, apontando caminhos para uma segurança pública mais justa, eficiente e alinhada aos princípios de um Estado Democrático de Direito. Este estudo, centrado na jurisprudência e súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar e seu impacto na Polícia Militar de Goiás, atingiu seus objetivos ao elucidar a complexa relação entre as diretrizes jurídicas e a prática policial. Por meio de uma metodologia que combinou análise documental e entrevistas com membros da corporação, foi possível captar a percepção dos policiais sobre a influência das decisões judiciais e súmulas em suas atividades cotidianas. Tal abordagem permitiu não apenas avaliar o nível de conhecimento e compreensão desses profissionais sobre o tema, mas também identificar desafios e oportunidades para aprimoramento.

Os objetivos do estudo foram plenamente atingidos, conforme demonstrado pelos resultados obtidos. Primeiramente, a pesquisa evidenciou uma consciência geral entre os policiais sobre a existência e a importância da jurisprudência e súmulas, embora tenha revelado também lacunas significativas em seu entendimento detalhado. Esta constatação aponta para a

necessidade de fortalecer os programas de educação e formação contínua, enfatizando a importância do conhecimento jurídico na prática policial.

Adicionalmente, o estudo destacou a percepção dos policiais sobre o impacto significativo das decisões judiciais e súmulas na operacionalidade e nas práticas diárias da Polícia Militar. Tal percepção reforça a necessidade de uma atualização contínua e de um aprofundamento do conhecimento jurídico, para que a atuação policial esteja alinhada às exigências legais e às melhores práticas, promovendo uma atuação eficaz, segura e respeitosa dos direitos humanos.

Além disso, os resultados da pesquisa indicaram uma disposição institucional para o ajuste e a atualização das práticas operacionais em resposta às mudanças na jurisprudência. Isso demonstra um compromisso com a melhoria contínua e a adaptação proativa às novas realidades jurídicas, aspectos fundamentais para a legitimidade e a eficácia da atuação policial.

A pesquisa também contribuiu para o campo da segurança pública ao fornecer insights valiosos sobre a dinâmica entre a jurisprudência e a prática policial, incentivando um debate informado e construtivo sobre as políticas de segurança pública. A análise detalhada das percepções dos policiais sobre o tema forneceu uma base sólida para a formulação de recomendações visando ao aprimoramento das estratégias de formação e atualização em direito aplicável à atividade policial.

Em resumo, este estudo alcançou seus objetivos ao fornecer uma compreensão aprofundada do impacto da jurisprudência e súmulas na Polícia Militar de Goiás, evidenciando a necessidade de uma formação jurídica robusta e contínua. Os insights obtidos reforçam a importância de alinhar as práticas policiais com as diretrizes legais e éticas, promovendo uma segurança pública eficiente, justa e alinhada aos princípios de um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 966.177 - SP (2017/0298090-5)**. Relator: Min. Luiz Fux, 01 de fevereiro de 2019. Disponível em: < <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749049106>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental nº 143.233 - SP (2018/0047441-4)**. Relator: Min. Luiz Fux, 19 de junho de 2017. Disponível em: < <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13098095>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. 1991. f. 160. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial**. 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023.

MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2006.

SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. **O Anhanguera**. Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr, Grafopel, 1999.

SILVA, Dociel Coelho da; TELES, Jonas Rogério Meguins. Estudo do Emprego de Algemas no Serviço Policial Militar-RN após a Edição da Súmula Vinculante Nº 11 do Supremo Tribunal Federal. 2010.

DE ÁVILA, Adam Cristiano Acosta Pereira et al. SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ASPECTOS GERAIS E APLICAÇÃO NA ATIVIDADE POLICIAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 946-965, 2022.

DO ESTADO, Tribunal de Justiça. Jurisprudência p. **Revista dos Tribunais**, v. 671, p. 46-53, 1991.

NARCISO, Raphael Gumbowsky. A POSSIBILIDADE DA ABORDAGEM POLICIAL, BUSCA PESSOAL E VEICULAR REALIZADA POR POLICIAIS MILITARES: JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 11, p. e4114342-e4114342, 2023.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho. **Boletim de Jurisprudência do TRT2**: N. 18 (2020).
Informativo TRT2: N. 9-A (28 ago. a 10 set. 2020), 2020.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da Pesquisa: "Jurisprudência e Súmulas Relacionadas à Atividade da Polícia Militar: Uma Análise Documental"

Eu, reconheço que fui convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Jurisprudência e Súmulas Relacionadas à Atividade da Polícia Militar: Uma Análise Documental", conduzida pelo especialista em segurança pública. Antes de decidir participar, eu li e compreendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento.

1. Objetivo da Pesquisa: A pesquisa tem como objetivo analisar o impacto das decisões judiciais e súmulas na operacionalidade e estratégias da Polícia Militar de Goiás.
2. Procedimentos: Serei solicitado(a) a responder a um questionário contendo perguntas fechadas sobre a temática da pesquisa. O tempo estimado para conclusão é 5 minutos.
3. Confidencialidade: Minhas respostas serão mantidas em sigilo, e nenhuma informação que possa me identificar individualmente será divulgada. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.
4. Voluntariedade: Minha participação é voluntária, e tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou consequência. Posso optar por não responder a qualquer pergunta que considerar desconfortável.
5. Uso dos Resultados: Entendo que os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas permanecerão anônimos e não identificarão minha pessoa.
6. Consentimento: Ao concordar, expresse minha compreensão sobre os termos desta pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

SIM, Concordo em participar da pesquisa.

NÃO, Não concordo em participar da pesquisa.

ANEXO A - FORMULÁRIO DE PESQUISA

1 - Você está familiarizado com as decisões judiciais recentes e súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar de Goiás? Caso sim, descreva o seu nível de conhecimento sobre esse tema. *

- (a) Sim, estou totalmente familiarizado
- (b) Sim, tenho conhecimento, mas não detalhado
- (c) Conhecimento limitado
- (d) Não estou familiarizado
- (e) Não tenho certeza

2 - Na sua percepção, como as decisões judiciais recentes afetam diretamente a operacionalidade e as práticas diárias da Polícia Militar de Goiás? *

- (a) Influenciam significativamente
- (b) Influenciam moderadamente
- (c) Não percebo impacto significativo
- (d) Influenciam de forma limitada
- (e) Não tenho opinião formada

3 - Em sua opinião, de que maneira as súmulas relacionadas à atividade da Polícia Militar moldam as estratégias e políticas adotadas pela instituição? *

- (a) Têm um impacto substancial
- (b) Têm um impacto moderado
- (c) Não percebo impacto significativo
- (d) Têm um impacto limitado
- (e) Não tenho conhecimento suficiente para opinar

4 - Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás em decorrência das decisões judiciais e súmulas específicas relacionadas à sua atividade? *

- (a) Restrições operacionais
- (b) Dificuldade na aplicação de protocolos
- (c) Impacto na imagem pública da instituição
- (d) Outros desafios (especificar)
- (e) Não identifiquei desafios significativos

5 - Considerando a dinâmica da jurisprudência em constante evolução, você acredita que a Polícia Militar de Goiás precisa realizar ajustes ou atualizações em suas práticas e políticas para se adequar às recentes decisões judiciais e súmulas? *

- (a) Sim, ajustes são necessários
- (b) Não, as práticas estão adequadas
- (c) Não tenho opinião formada
- (d) Não sei/depende do contexto
- (e) Não aplicável, não tenho conhecimento suficiente